

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 9.645 - DF (2019/0385345-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : CINTIA FREIRE GARCIA VIEIRA BRAGA
REQUERENTE : MENDES PLUTARCO ADVOCACIA E CONSULTORIA
REQUERENTE : TEIXEIRA E LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS
SOCIEDADE SIMPLES
ADVOGADO : HUGO MENDES PLUTARCO E OUTRO(S) - DF025090
OUTRO NOME : TEIXEIRA E LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de precatório oriundo da ExeMS n. 6.318/DF (2010/0014739-7), expedido em favor de CINTIA FREIRE GARCIA VIEIRA BRAGA, MENDES PLUTARCO ADVOCACIA E CONSULTORIA e TEIXEIRA E LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES.

Intimada acerca de regularidade formal, a parte requerida não se opôs. Informou, porém, que requereu nos autos principais o decote/abatimento dos honorários sucumbenciais fixados em seu favor quando do pagamento da requisição

Em parecer, o Ministério Público Federal argumentou que "diante da instauração da controvérsia nos termos da referida IN, o parecer é pela suspensão do precatório até ulterior manifestação do juízo da execução sobre os fundamentos apresentados pela União." (fls. 12-13).

É o relatório. Decido.

O caso dos autos se enquadra na hipótese do art. 11 da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014, uma vez que demanda apreciação jurídica a ser dirimida perante o juiz da execução, como apontado pelo MPF.

Entretanto, não se pode permitir que a entrega da prestação jurisdicional seja postergada ainda mais em razão de pleito da parte devedora. Há que se levar em conta que na maioria dos casos os beneficiários acabam por receber o valor que lhes é devido apenas após longos anos de tramitação judicial.

Diante do exposto, e considerando a concordância manifestada em relação à regularidade formal, **determino o pagamento** desta requisição com **bloqueio parcial** relativo aos honorários sucumbencias até definição pelo juízo da execução, condicionado

Superior Tribunal de Justiça

à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 13, I, da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente